UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GIRLANY MARILENE DA SILVA

A RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E POBREZA EM PERNAMBUCO: BARREIRAS AO ACESSO E CONSEQUÊNCIAS DA DESIGUALDADE SOCIAL (2019-2024)

Caruaru
2025

GIRLANY MARILENE DA SILVA

A RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E POBREZA EM PERNAMBUCO: BARREIRAS AO ACESSO E CONSEQUÊNCIAS DA DESIGUALDADE SOCIAL (2019-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Área de concentração: Economia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Rosa Kato

Caruaru

2025

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MEC	Ministério da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
IDEPE	Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco

A relação entre níveis de educação e pobreza em Pernambuco: Barreiras ao acesso e consequências da desigualdade social (2019-2024)

Girlany Marilene da Silva[1]

RESUMO

A pobreza é um fenômeno social complexo, com raízes estruturais que se refletem diretamente na qualidade da educação. Em Pernambuco, apesar dos avanços conquistados com políticas públicas como o Bolsa Família, ainda persistem desafios significativos relacionados à evasão escolar, reprovação, distorção idade-série e baixo desempenho acadêmico, especialmente em Matemática e Língua Portuguesa. Os dados revelam que crianças de famílias de baixa renda são as mais afetadas pela precariedade das condições de vida e pela estrutura escolar deficiente. O estudo analisa como a pobreza afeta os níveis de escolarização no estado, utilizando indicadores como IDEB, taxas de abandono, reprovação e permanência escolar. Destaca-se o papel da educação como ferramenta essencial para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, ressaltando a importância de políticas educacionais que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar. Assim, reflete que há desigualdades históricas no acesso à educação, especialmente entre os mais pobres e idosos. Portanto, políticas públicas focadas na alfabetização de adultos e na redução das disparidades educacionais são essenciais para promover a equidade no país.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Escolarização; Políticas Educacionais; Vulnerabilidade.

ABSTRACT

Poverty is a complex social phenomenon with structural roots that directly impact the quality of education. In Pernambuco, despite the progress achieved through public policies such as Bolsa Família, significant challenges persist related to school dropout, grade repetition, age-grade distortion, and low academic performance, especially in Mathematics and Portuguese Language. Data reveal that children from low-income families are the most affected by poor living conditions and inadequate school infrastructure. This study analyzes how poverty influences schooling levels in the state, using indicators such as IDEB, dropout rates, grade repetition, and school retention. The research highlights the role of education as an essential tool in breaking the intergenerational cycle of poverty, emphasizing the importance of educational policies that ensure not only access but also student retention and academic success. It also reflects on the existence of historical inequalities in access to education, especially among the poorest and the elderly. Therefore, public policies focused on adult literacy and reducing educational disparities are essential to promoting equity in the country.

Keywords: Social Inequality; Schooling; Educational Policies; Vulnerability.

[1]Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco.E-mail:girlany.msilva@ufpe.br

DATA DE APROVAÇÃO: 15/04/2025

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno antigo e complexo, acompanhado de fortes sentimentos morais ao longo da história. Segundo Schwartzman (2004, apud Gomes 2021), suas causas são estruturais, não individuais, estando relacionadas à organização social. Para Rocha (2003), ser pobre significa não ter acesso adequado a necessidades básicas, como moradia, saúde e educação, dificultando a vida em sociedade.

Nesse contexto, a visão religiosa e estatal sobre a pobreza diverge: Guimarães (2016) aponta que a Igreja a interpreta como uma determinação divina, enquanto o Estado a percebe como uma conjuntura social, devendo intervir por meio de leis. Contudo, abordar a pobreza nem sempre é simples, pois muitas pessoas, embora em situação de vulnerabilidade, não se identificam como pobres devido ao orgulho de suas condições de vida.

Arroyo (2015) alerta para a necessidade de superar visões moralizantes que culpabilizam os indivíduos pela pobreza. Para ele, os pobres são aqueles que vivem à margem da sociedade, sem-terra, teto, trabalho, renda, escola ou saúde, o que evidencia o caráter social e político da pobreza.

Sob essa ótica, o combate à pobreza não deve se limitar à garantia das condições mínimas de subsistência, mas envolver a qualidade de vida e as condições para o desenvolvimento pleno, o que inclui o acesso a uma educação escolar qualificada. Logo, a pobreza deve ser compreendida como uma problemática social originada da própria estrutura da sociedade, cuja compreensão (ou naturalização) tem implicações diretas nas políticas públicas. Nesse contexto, a educação assume um papel essencial no enfrentamento da pobreza, visto que, apesar de depender das condições políticas, possui autonomia para potencializar a prática social dos educandos, possibilitando sua transformação social (Saviani, 2018).

A priori, o Brasil reafirmou esse compromisso na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), destacando a proteção da infância e o direito à educação como instrumentos para romper o ciclo intergeracional da pobreza. O Programa Bolsa Família exemplifica essa atuação ao transferir renda de forma condicionada à frequência escolar e ao acompanhamento de saúde, buscando não apenas minimizar os efeitos imediatos da pobreza, mas também ampliar as oportunidades das futuras gerações.

Nessa perspectiva, a educação é um dos principais fatores de desenvolvimento social e econômico. No entanto, a pobreza e a desigualdade limitam o acesso à escolarização, dificultando a mobilidade social e perpetuando ciclos de exclusão. Assim, o presente estudo

pretende responder à seguinte questão: Como a pobreza impacta os níveis de educação em Pernambuco, e quais são as principais barreiras enfrentadas pela população no acesso à escolarização?

Os objetivos deste estudo visam compreender como a pobreza afeta a educação, identificando os principais desafios que dificultam o acesso à escolarização, como questões econômicas, infraestrutura precária e fatores socioculturais. A pesquisa analisará dados sobre analfabetismo e IDEB, além de avaliar o impacto de políticas públicas na redução da desigualdade educacional e na melhoria da qualificação profissional. O trabalho encontra-se estruturado em quatro seções, além da introdução, sendo elas: Referencial Teórico, Método, Resultados e Conclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição e mensuração da pobreza

A pobreza tem sido um conceito central nos estudos sociais, essencial para compreender as condições sociais em diferentes contextos, tanto em países ricos quanto pobres. A literatura sobre o tema é vasta, refletindo a importância da questão na atualidade. O fenômeno da pobreza é percebido como multidimensional e complexo, envolvendo a insatisfação das necessidades humanas e a interligação de diversos fatores sociais, econômicos e políticos. No entanto, essa preocupação não é recente.

Segundo Castel (1998), a questão da pobreza surgiu com o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, quando a estabilidade social foi ameaçada pela exclusão de indivíduos que não se encaixavam no sistema de trabalho. Assim, Conforme Codes (2008), a compreensão contemporânea da pobreza como um fenômeno multidimensional e complexo reflete a evolução histórica das políticas e das análises sociais, que buscam não apenas controlar, mas também enfrentar as causas estruturais da desigualdade social.

A perspectiva de Codes (2008) sobre a pobreza como uma forma de exclusão evidencia que a privação não se limita à falta de recursos materiais, mas se estende à negação de direitos, à participação política e à integração social. Além disso, destaca que a pobreza relativa está diretamente conectada à desigualdade social, pois, em sociedades altamente desiguais, a diferença de acesso a oportunidades e serviços básicos acentua a marginalização de grupos vulneráveis. Assim, a pobreza deixa de ser vista apenas como uma carência econômica e passa a ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que afeta a dignidade e a cidadania

dos indivíduos.

A falta de acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho formal e à participação política são fatores que perpetuam a desigualdade e dificultam a mobilidade social. Conforme argumenta Codes (2008), a pobreza relativa não se define apenas pela renda, mas pela incapacidade de exercer plenamente os direitos sociais e de se integrar à sociedade. Portanto, combater a pobreza requer não apenas a distribuição de recursos, mas a promoção de políticas públicas que garantam a equidade e a inclusão social.

A relação entre educação escolar e pobreza é permeada por tensões e desafios derivados das desigualdades socioeconômicas. A pobreza, enquanto fenômeno estrutural e multifacetado, vai além da mera insuficiência de renda, abrangendo também a falta de acesso a serviços básicos, trabalho digno e participação social e política.

Nesse sentido, indivíduos em situação de pobreza frequentemente enfrentam estigmas, sendo muitas vezes considerados “inaptos” ou “marginais”. Esse estigma reflete a herança histórica da concentração de riqueza e desigualdade social no Brasil (Pires, 2021).

Embora, em uma definição simplificada, a pobreza se refira à falta de recursos financeiros para garantir o sustento básico, Martins e Rucket (2020) destacam que a compreensão da pobreza é mais complexa, envolvendo também as representações sociais negativas que estigmatizam os pobres.

A mensuração da pobreza pode ser dividida em duas grandes perspectivas: a conglomerativa, baseada na insuficiência de renda e amplamente utilizada em políticas públicas e organismos internacionais, e a distributiva, que adota indicadores multidimensionais para avaliar o desenvolvimento humano (Moura e Sarriera, 2019).

Ademais, Pizzio (2010) afirma que a pobreza pode ser abordada de duas formas principais: absoluta (relacionada à sobrevivência física, com carência de necessidades básicas) e relativa (vinculada à posição de um indivíduo ou família dentro da estrutura de distribuição de renda da sociedade). As linhas de pobreza, adotadas por organismos como o Banco Mundial e a CEPAL, são ferramentas comuns para medir a pobreza, mas essas linhas evoluíram para incluir outros fatores, como educação e saúde.

Neste viés, a perspectiva de Sen (2002) sobre a pobreza redefine o conceito tradicional, que a associa apenas à falta de renda ou à carência de necessidades básicas. Para Sen, a pobreza deve ser compreendida como a privação de capacidades essenciais para que um indivíduo leve uma vida digna e plena. Isso inclui funcionamentos básicos, como estar bem alimentado e ter moradia adequada, mas também aspectos sociais mais complexos, como participar ativamente da comunidade.

Assim, Sen (2002) propõe um entendimento mais amplo, considerando a liberdade do

indivíduo para realizar escolhas de vida valiosas. A pobreza, nessa visão, é vista como uma privação de capacidades, influenciada por fatores econômicos, sociais e políticos. Essa abordagem também relaciona a pobreza ao bem-estar subjetivo, destacando a importância de aspectos emocionais e psicológicos na avaliação das condições de vida.

Além disso, a distribuição desigual de renda dentro das famílias e a privação relativa em sociedades mais ricas podem gerar desigualdades profundas, mesmo quando a renda absoluta parece suficiente. Assim, a abordagem das capacidades permite uma análise mais ampla e humanizada da pobreza, focando nas reais oportunidades que os indivíduos têm para alcançar bem-estar e autonomia (Codes, 2008).

2.2 Relação entre pobreza e Educação

Estudos empíricos confirmam que a escolaridade é um fator determinante na diferenciação entre domicílios pobres e não pobres. No entanto, a reprodução intergeracional da pobreza compromete o acesso à educação, pois famílias em situação de vulnerabilidade frequentemente inserem precocemente seus filhos no mercado de trabalho, perpetuando o ciclo da pobreza (Oliveira, 2013).

Para Dalagasperina (2010) a relação entre pobreza e assistencialismo pode ser vista como um ciclo vicioso, onde as políticas assistenciais, embora com a intenção de aliviar a situação dos mais pobres, acabam por reforçar a regulação e a manutenção da pobreza. Em vez de promover soluções duradouras ou a superação da pobreza, essas ações muitas vezes se limitam a medidas paliativas, perpetuando a dependência das pessoas em relação ao auxílio.

De acordo com Schröder (2017), a relação entre educação e pobreza é central nesse debate, pois a educação atua como fator determinante para a redução das desigualdades. Assim, políticas eficazes devem promover acesso equitativo a serviços básicos, possibilitando que indivíduos desenvolvam suas capacidades e superem as limitações estruturais impostas pela pobreza.

Para Motta e Parente (2019), a ausência do Estado e a definição inadequada de prioridades políticas ao longo da história contribuíram para a perpetuação da pobreza entre gerações. Fatores como desigualdades sociais e econômicas, limitações pessoais, aprisionamento local, gravidez na adolescência, violência doméstica, desnutrição, baixo nível de educação, falta de acesso à saúde, normas culturais de gênero e vulnerabilidade ao risco são apontados como elementos que transmitem o ciclo intergeracional da pobreza.

Dentro desse contexto, a Constituição de 1988 estabeleceu a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades como objetivos fundamentais do Brasil, impulsionando a criação de

políticas de transferência de renda para apoiar cidadãos em situação de vulnerabilidade. Já na década de 1990, com a expansão do acesso à educação na América Latina e a ascensão do neoliberalismo no Brasil, o foco das políticas públicas passou a ser a universalização do ensino, o financiamento escolar e a melhoria da qualidade educacional.

A educação, garantida como um direito fundamental no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é vista como uma ferramenta essencial para a redução das desigualdades sociais, especialmente entre estudantes negros e em situação de vulnerabilidade. No entanto, sua eficácia esbarra em fatores socioeconômicos, como a pobreza, que afetam diretamente o desempenho escolar e a trajetória acadêmica desses estudantes. Apesar dos avanços no acesso à educação, a pobreza ainda impacta fortemente o sistema educacional, evidenciado pelos altos índices de analfabetismo e evasão escolar.

Na década de 2000, o combate à fome e à pobreza se tornou prioridade na agenda política brasileira. Entretanto, apesar dos avanços promovidos por programas sociais, o Censo Demográfico do IBGE de 2010 revelou que mais de 16 milhões de brasileiros viviam em situação de extrema pobreza, sendo metade dessa população na zona rural e a outra metade nas áreas urbanas, especialmente em grandes cidades e metrópoles.

Evangelista e Maciel (2019) ressaltam que o contexto social dos alunos, particularmente os negros e pobres, agrava ainda mais suas condições educacionais. Além das dificuldades financeiras, esses estudantes enfrentam barreiras raciais e precisam fortalecer sua identidade, o que dificulta o acesso e o sucesso no sistema educacional.

Diante desse contexto, os cortes de gastos com educação e pesquisa aprofundam ainda mais essas desigualdades. Assim, conforme Ferreira (2020) os cortes no orçamento da educação e da pesquisa não afetam apenas o sistema educacional em termos abstratos; eles têm impacto direto e concreto na vida de milhões de brasileiros que dependem da escola pública como caminho para romper com ciclos de pobreza e exclusão social.

A qualidade da educação está diretamente ligada às políticas públicas e às transformações sociais e econômicas. Fonseca (2009) destaca que a educação deve preparar os indivíduos para a cidadania e o mercado de trabalho, sendo responsabilidade do Estado garantir o acesso e a permanência dos estudantes. A política educacional brasileira, consolidada na Constituição e na LDB (Lei nº 9.394/1996), reforça a importância da colaboração entre União, estados e municípios para fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica, como demonstrado pela expansão dos Institutos Federais.

2.3 Desigualdade Educacional em Pernambuco

Conforme Silva *et al* (2014) a desigualdade afeta principalmente os jovens de baixa renda, que enfrentam dificuldades de acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho e a uma vida digna. Isso perpetua um ciclo de exclusão social, onde a previdência enfraquecida e a concentração de oportunidades reforçam a elitização da educação e do trabalho. A escola, nesse contexto, desempenha um papel essencial na promoção da aprendizagem e da integração social dos jovens, garantindo que adquiram habilidades fundamentais para sua ascensão social.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito ao ensino fundamental para todos os cidadãos brasileiros, garantindo nove anos de estudo por meio da responsabilidade pública e social. A ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos foi formalizada pela Lei nº 11.274/2006, que alterou a LDB e estabeleceu a matrícula obrigatória de crianças a partir de seis anos, com prazo de implementação até 2010.

No entanto, a mera ampliação do tempo de escolaridade não assegura a qualidade do ensino. Segundo Oliveira (2023), a experiência escolar transcende a simples instrução, impactando profundamente a formação dos indivíduos. Assim, não basta medir o sucesso educacional apenas pela permanência dos alunos na escola, mas sim pelo aprendizado adquirido e pela qualidade da formação.

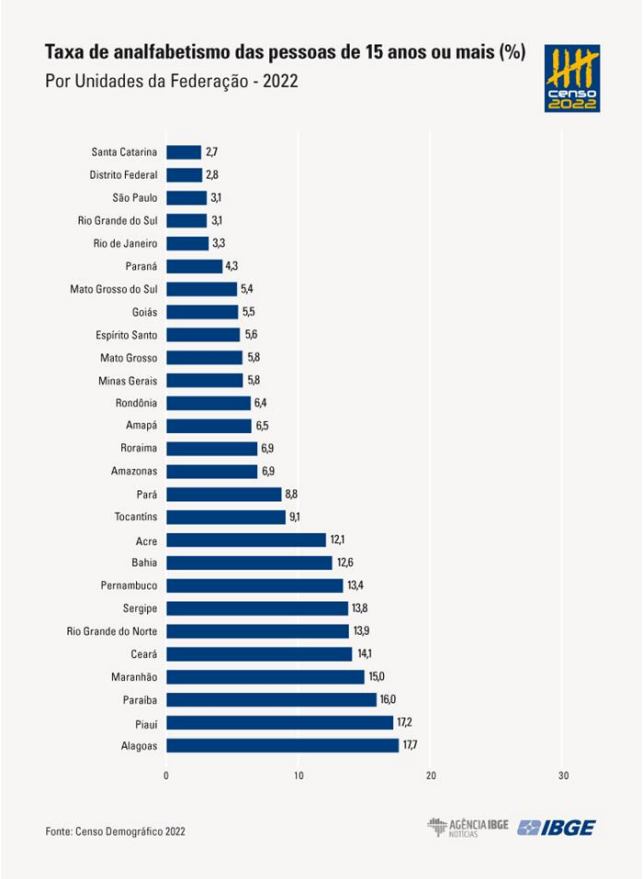
De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Pernambuco foi estimada em 9.058.931 habitantes em 2022. Em 2024, essa estimativa aumentou para 9.539.029 habitantes, representando um crescimento de aproximadamente 5,29%. O Sertão de Pernambuco é a maior região do estado em termos territoriais, abrangendo 63,66% da área total. Vale ressaltar que Petrolina é a cidade mais populosa do Sertão pernambucano, com uma população estimada em 414.083 habitantes em 2024. (IBGE, 2022; Diário de Pernambuco, 2024).

Além disso, conforme Silva (2020) a evasão escolar permanece um desafio, sendo influenciada por questões socioeconômicas, a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho e a baixa atratividade da escola para os jovens. Nesse sentido, Dore *et al.* (2014) afirmam que a evasão escolar é um fenômeno complexo e multifatorial, influenciado por aspectos pessoais, sociais e institucionais. Pode levar à saída temporária ou definitiva do aluno do sistema de ensino e deve ser analisada sob diferentes perspectivas, incluindo a escola, o sistema de ensino e o indivíduo.

A taxa de analfabetismo em Pernambuco é bem elevada. Fatores como a falta de infraestrutura escolar, dificuldades de transporte e a necessidade de trabalho infantil em áreas rurais contribuem para esse cenário. Dentro desse contexto, o Censo 2022 revelou que a taxa de analfabetismo no Brasil caiu de 9,6% para 7%, refletindo uma melhora no cenário educacional. No entanto, desigualdades regionais persistem, com o Nordeste, incluindo

Pernambuco, apresentando as maiores taxas de analfabetismo (13,4%), quase o dobro da média nacional (figura 1).

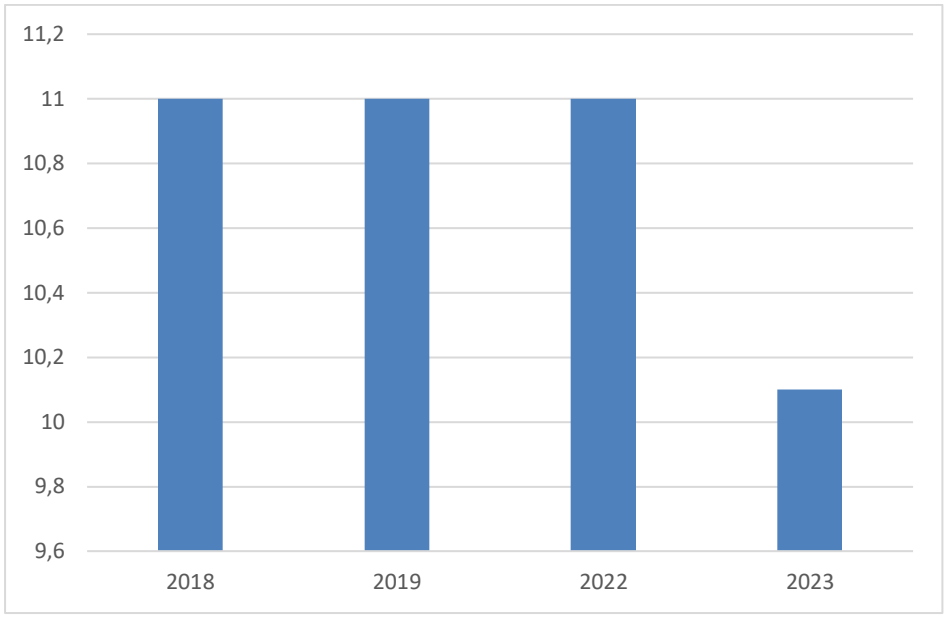
Figura 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais



Fonte: Censo Demográfico IBGE (2022).

Já em 2023, Pernambuco registrou 779 mil pessoas (10,1%) com 15 anos ou mais analfabetas, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) Educação, divulgada pelo IBGE (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais em Pernambuco



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNADcA/IBGE (2023).

Esse número representa uma queda de 1,9% em relação a 2016, quando o índice foi de 12%. A pesquisa também revelou que, entre os pernambucanos de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo foi de 27,9%, um reflexo do maior acesso à educação das gerações mais jovens, que estão sendo alfabetizadas desde a infância. O número de pessoas sem instrução também apresentou uma queda significativa, passando de 12,3% em 2016 para 9,5% em 2023.

No entanto, a taxa de analfabetismo é mais elevada entre os idosos: 27,9% para pessoas com 60 anos ou mais. No contexto nacional, a taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais é de 5,6%, conforme dados de 2022. O Nordeste, região à qual Pernambuco pertence, concentra 55,3% dos analfabetos do país, totalizando aproximadamente 5,3 milhões de pessoas. Esses dados indicam que as gerações mais jovens estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças.

A alfabetização é essencial para que os estudantes compreendam e utilizem a leitura e a escrita em seu cotidiano, fortalecendo sua inclusão social e acesso ao conhecimento. Em Pernambuco, o Governo estadual, por meio da Secretaria de Educação e Esportes, lançou em 2019 o Programa Criança Alfabetizada (PCA) para apoiar a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental em colaboração com os municípios. A iniciativa está alinhada à Constituição Federal, à LDB e à BNCC, reforçando o compromisso com a educação básica (Santos, 2020).

2.4 Estratégias Governamentais para o acesso e permanência na Educação

As primeiras experiências de transferência direta de renda no Brasil incluem o Programa de Garantia de Renda Mínima, em 1991, que propunha transferir um valor mínimo a cidadãos com mais de 25 anos. Posteriormente, programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás foram implementados por diferentes ministérios, resultando em ações fragmentadas e de pouca efetividade.

Em 2003, o governo unificou esses programas no Programa Bolsa Família (PBF), gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O PBF visa transferir renda às populações em situação de pobreza e extrema pobreza, com condicionalidades relacionadas à saúde e educação, buscando diminuir os efeitos das desigualdades sociais.

O discurso do Programa Bolsa Família enfatizou a criação de oportunidades por meio da redistribuição e transferência de renda para populações em situação de pobreza e extrema pobreza. A iniciativa buscou mitigar os impactos das desigualdades sociais agravadas pela globalização do mercado, promovendo inclusão e reduzindo a vulnerabilidade socioeconômica (MOTA, 2012).

Segundo Santos (2020) atualmente, o PBF é reconhecido como o maior programa de transferência de renda da América Latina. Estudos indicam que, entre 2001 e 2015, o programa foi responsável por aproximadamente 10% da redução da desigualdade no país. Além disso, as transferências do PBF reduziram a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%.

Além disso, de acordo com Silva et al. (2018) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Programa Bolsa Família (PBF) foram fundamentais para promover o acesso e a permanência de famílias em situação de vulnerabilidade social na escola. O PBF condicionou a transferência de recursos às famílias com crianças e adolescentes matriculados e com mais de 76% de frequência escolar, penalizando aqueles que enfrentavam a evasão escolar.

De 2003 a 2010, houve uma ampliação do escopo da universalização da educação no Brasil. Em 2006, o ensino fundamental passou a ser de nove anos e, com a Emenda Constitucional 59/2009, a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio) foi tornada obrigatória. Além disso, o FUNDEF foi transformado no FUNDEB, ampliando os recursos para a educação básica e estendendo benefícios como livro didático, merenda e transporte escolar para o ensino infantil e médio, além do ensino fundamental (Reis, 2021).

O Programa de Educação Integral foi instituído com a Lei Complementar Nº 125, visando melhorar a qualidade da educação e ampliar as matrículas no ensino médio integral. Durante o governo de Campos, o objetivo era reestruturar a educação, criando as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) com uma matriz curricular voltada à formação geral.

Em 2013, o governo lançou o Plano Pernambuco 2035, sugerindo uma nova visão para a educação no estado, com foco em capital humano e desenvolvimento econômico.

Assim, conforme Benites (2014) a implementação da educação em tempo integral, em Pernambuco, tem se tornado uma prioridade para a melhoria da qualidade do ensino e para a redução das desigualdades educacionais no estado. O modelo de educação integral em Pernambuco é uma resposta a diversos desafios enfrentados pelas escolas públicas, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Atualmente, o Programa Pé-de-Meia se alinha às políticas educacionais de universalização ao combater a evasão escolar causada por dificuldades financeiras e ao promover a inclusão educacional de jovens de comunidades marginalizadas. Conforme Madaloz *et al.* (2024) o programa não apenas garante uma ajuda financeira para cobrir custos como transporte, alimentação e material escolar, mas também proporciona um estímulo adicional para que os alunos se mantenham engajados e motivados em suas trajetórias educacionais.

3 MÉTODO

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com foco na análise documental e no levantamento de dados secundários. Segundo Gil (1999), a abordagem qualitativa permite aprofundar a investigação de fenômenos sociais, privilegiando o contato direto com a realidade e a identificação dos múltiplos significados presentes no contexto analisado.

Foram utilizados dados educacionais e socioeconômicos coletados a partir de bases oficiais, abrangendo os últimos cinco anos (2019 a 2023). As principais fontes de informação incluem o Censo Escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além de dados socioeconômicos extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da plataforma QEdu.

A partir dessas fontes, foram analisados indicadores como taxas de aprovação, reprovação, abandono escolar, distorção idade-série e desempenho nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio, tanto da rede municipal quanto estadual. Os dados de renda per capita e outros indicadores sociais foram utilizados para contextualizar os desafios enfrentados pelas populações em situação de vulnerabilidade.

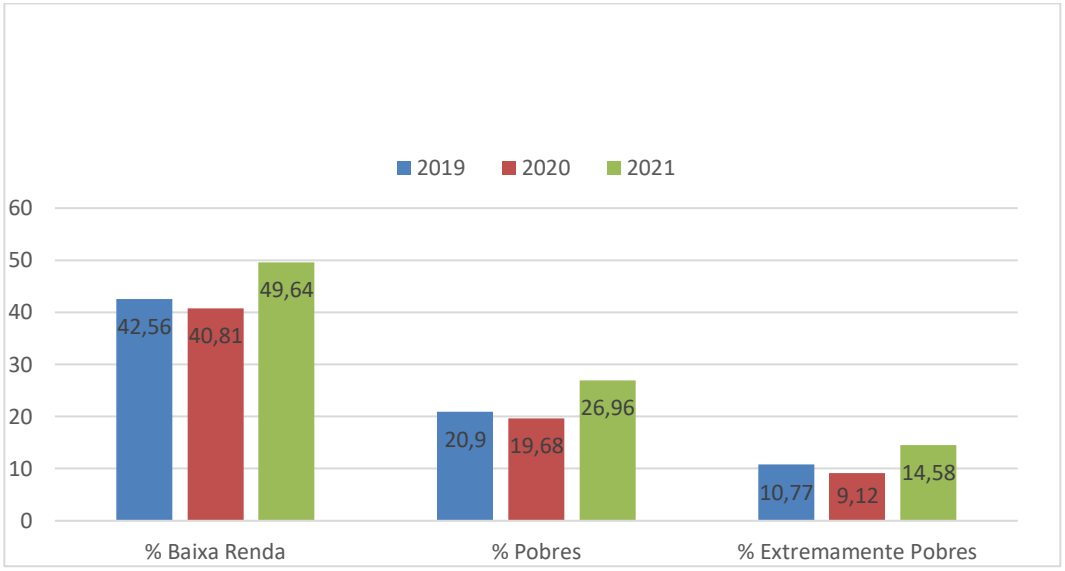
Essa análise visa compreender a correlação entre os fatores socioeconômicos e o desempenho escolar, permitindo uma leitura crítica do impacto da pobreza sobre o acesso, a permanência e o sucesso educacional no estado de Pernambuco.

4 RESULTADOS

4.1 A Influência da Pobreza no Desempenho Escolar em Pernambuco

A erradicação da pobreza extrema é um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável e a garantia dos direitos das crianças. Em Pernambuco, os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) entre os anos de 2019 e 2021 revelam importantes informações sobre a distribuição de renda e os níveis de pobreza no estado de Pernambuco. A análise dos dados permite compreender as transformações econômicas ocorridas nesse período. O gráfico 2 apresenta a evolução dos índices de pobreza da população de Pernambuco entre os anos de 2019 a 2021.

Gráfico 2- Evolução dos índices de pobreza da população de Pernambuco



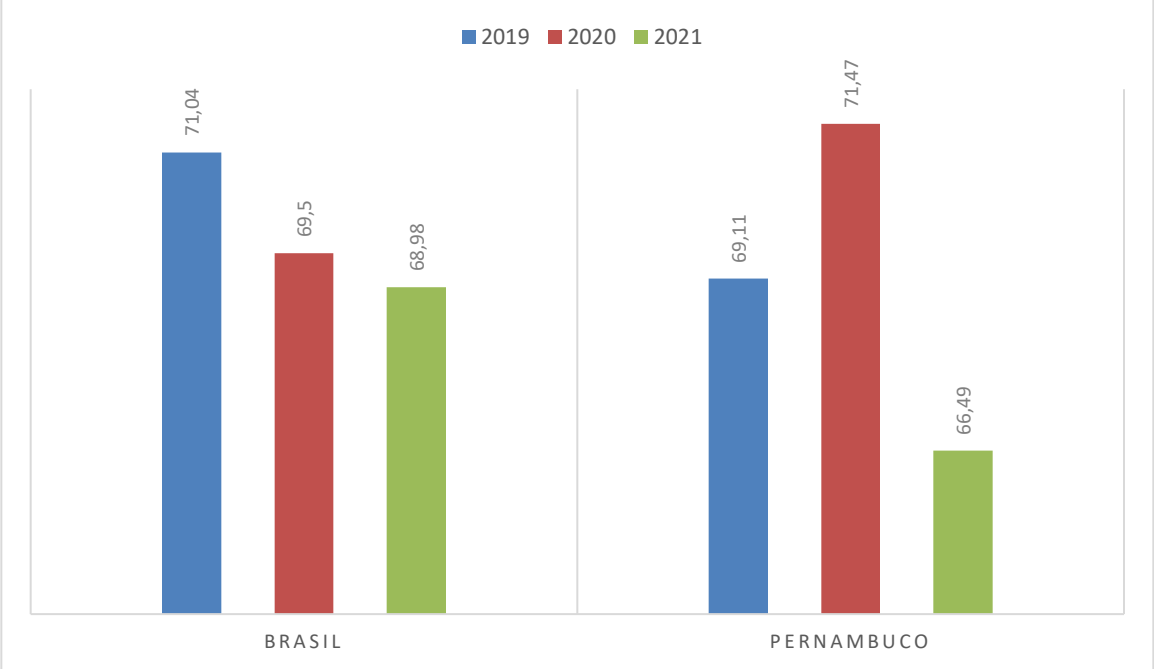
Fonte: 2019 a 2021 - IBGE. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha.

No ano de 2021, a renda per capita média do terceiro quinto mais pobre da população brasileira foi de R$ 440,02. Esse grupo representa uma faixa intermediária entre os mais pobres e os mais ricos, e sua renda reflete condições de vida ainda marcadas por vulnerabilidades. Em Pernambuco, entretanto, essa mesma faixa de renda ficou consideravelmente abaixo da média nacional, com apenas R$ 256,20. Essa diferença revela a persistente desigualdade regional, em que estados do Nordeste, como Pernambuco, enfrentam maiores dificuldades econômicas.

Os dados relativos à população pobre, composta por pessoas cuja renda per capita é

insuficiente para suprir as necessidades básicas, mas que ainda se encontram em situação melhor do que os extremamente pobres, mostram variações significativas entre 2019 e 2021. O Gráfico 3 apresenta a renda per capta dos pobres dos anos de 2019 a 2021.

Gráfico 3 – Renda per capta dos pobres do Brasil e Pernambuco

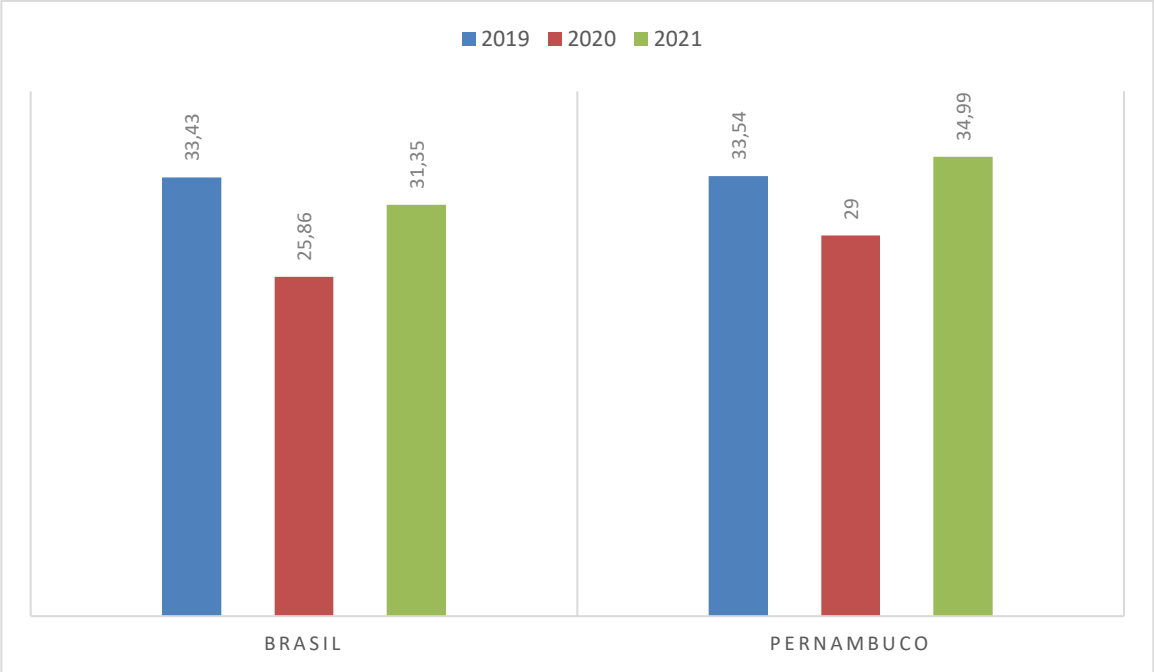


Fonte: 2019 a 2021 - IBGE. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha.

No caso da população considerada pobre — cuja renda per capita está acima da linha da extrema pobreza, mas ainda abaixo de um mínimo para uma vida digna — o Brasil apresentou uma leve redução de renda: de R$ 71,04 em 2019, para R$ 69,50 em 2020 e R$ 68,98 em 2021. Pernambuco, por sua vez, teve uma trajetória mais instável. A renda per capita foi de R$ 69,11 em 2019, aumentou para R$ 71,47 em 2020, mas caiu para R$ 66,49 em 2021. Esse recuo pode estar relacionado à diminuição dos auxílios emergenciais e à retomada econômica ainda lenta no estado.

Quanto a condição dos extremamente pobres, grupo formado por indivíduos com renda per capita extremamente baixa, abaixo da linha da extrema pobreza, também sofreu variações notáveis. O gráfico 4 apresenta essa variação entre os anos de 2019 a 2021.

Gráfico 4 – Renda per capta dos extremamente pobres no Brasil e Pernambuco



Fonte: 2019 a 2021 - IBGE. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha.

No Brasil, a renda per capita dessa população caiu de R$ 33,43 em 2019 para R$ 25,86 em 2020, o que representa uma queda brusca. Apesar da leve recuperação em 2021, com renda subindo para R$ 31,35, o valor ainda não alcançou o patamar pré-pandêmico. Esse recuo acentuado em 2020 reflete as dificuldades enfrentadas por essa faixa da população diante da crise sanitária, com perda de empregos e redução da renda informal.

Já em Pernambuco, a renda per capita dos extremamente pobres foi de R$ 33,54 em 2019, sofreu uma queda menor do que a média nacional em 2020 (indo para R$ 29,00), e em 2021 apresentou uma recuperação mais significativa, alcançando R$ 34,99, superando, inclusive, o valor registrado em 2019 e ficando acima da média nacional de 2021. Esse desempenho pode estar ligado à maior capilaridade das políticas sociais federais no Nordeste ou à dependência maior dessas transferências por parte da população local, o que, em momentos de atuação intensa do Estado, pode gerar melhora momentânea nas condições de vida.

A pandemia da Covid-19 agravou significativamente as desigualdades educacionais no Brasil, aprofundando as barreiras já existentes ao acesso equitativo à educação. A adoção do ensino remoto emergencial revelou a fragilidade das condições de vida de milhões de estudantes, especialmente nas regiões Norte e Nordeste e entre as camadas mais pobres da população.

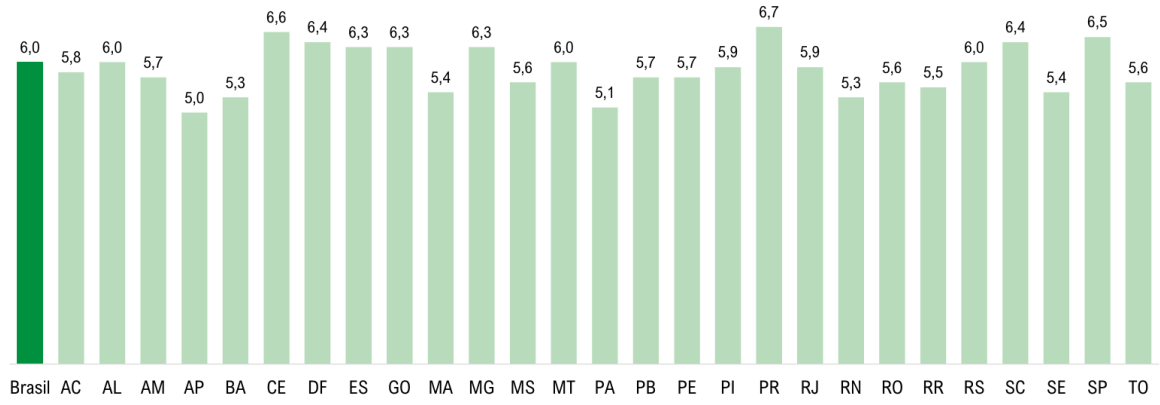
Dados alarmantes mostram que cerca de 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos ficaram sem acesso à educação por não possuírem internet em casa, evidenciando a

exclusão digital como um fator determinante na perpetuação da desigualdade (Silva, Costa e Lima, 2023).

Nesse sentido, a realidade socioeconômica marcada por altos índices de pobreza e extrema pobreza, especialmente em Pernambuco, influencia diretamente outras dimensões da vida social, como o acesso à educação de qualidade. A desigualdade de renda e a vulnerabilidade social são fatores estruturais que impactam o desempenho escolar, o acesso à permanência dos estudantes na escola e as oportunidades de aprendizagem efetiva.

Apesar desses desafios, o desempenho educacional no Estado de Pernambuco tem apresentado avanços consideráveis nos últimos anos, conforme demonstrado pelos resultados do IDEB e outros indicadores. A figura 2 representa o IDEB dos Anos iniciais do ensino fundamental por unidade de Federação do ano de 2023.

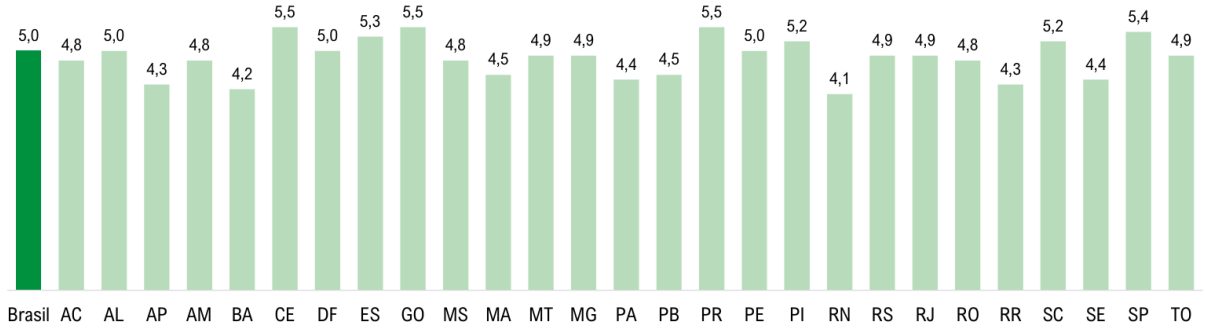
Figura 2 – IDEB anos iniciais do Ensino Fundamental por unidade de Federação (2023)



Fonte: Inep, 2023.

Observa-se que nesse segmento, a média nacional foi de 6,0 pontos, enquanto Pernambuco alcançou 5,7 pontos. Embora ainda abaixo da média do país, o estado se destaca na região Nordeste e mostra progresso consistente ao longo dos últimos ciclos avaliativos. Nesse viés, a figura 3 mostra o resultado do IDEB para os anos iniciais do Ensino Fundamental por unidade de federação no ano de 2023.

Figura 3 - IDEB anos finais do Ensino Fundamental por unidade de Federação (2023)



Fonte: Inep, 2023.

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, o IDEB nacional em 2023 foi de 5,0 pontos, e o Estado de Pernambuco acompanhou essa média, também alcançando 5,0 pontos.

Esse resultado demonstra que, apesar dos desafios socioeconômicos enfrentados por Pernambuco, o estado conseguiu manter um desempenho educacional equivalente à média nacional nesse segmento, refletindo esforços contínuos na busca pela qualidade da educação pública. A figura 4 apresenta o resultado do IDEB do Ensino Médio por unidade de federação no ano de 2023.

Figura 4 - IDEB Ensino Médio por unidade de Federação (2023)

Fonte: INEP, 2023.

Por fim, no Ensino Médio, os dados do IDEB de 2023 mostram que o Brasil alcançou uma média de 4,3 pontos, enquanto o Estado de Pernambuco obteve um desempenho superior, com média de 4,5 pontos. Esse resultado reforça o destaque de Pernambuco na educação básica, especialmente considerando seu contexto socioeconômico desafiador. Mesmo com limitações estruturais e altos índices de pobreza, o estado tem conseguido avançar na qualidade do ensino, superando a média nacional também no nível mais elevado da educação básica.

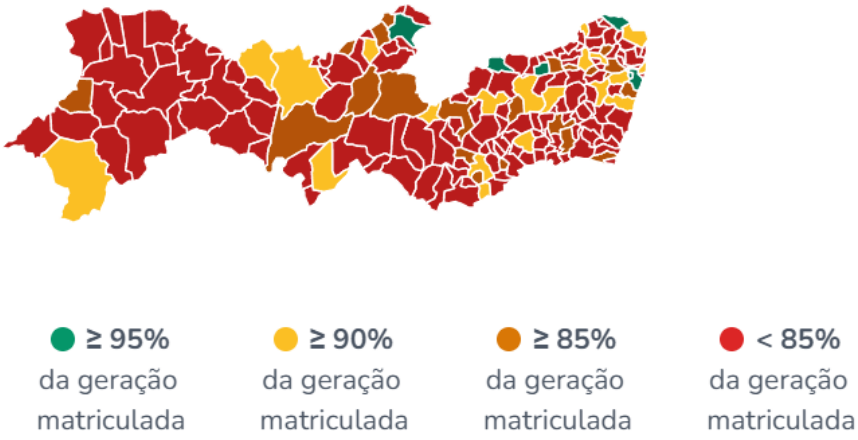
4.2 Relação entre aprovação, abandono e distorção idade-série com a pobreza em

Pernambuco

A taxa de rendimento por etapa escolar é um indicador essencial para avaliar o progresso dos estudantes ao longo de sua trajetória educacional, considerando a proporção de alunos que avançam para a próxima etapa por meio da aprovação, reprovação ou abandono. Segundo Trindade-Salvador e Araújo (2024) fatores como a evasão escolar e a distorção idade-série influenciam diretamente a qualidade e a equidade da educação, estando fortemente ligados à pobreza.

Nesse sentido, o Indicador de Permanência Escolar, desenvolvido pelo Iede, mede o percentual de estudantes que passaram pelo sistema educacional e o abandonaram ao longo do tempo, utilizando dados do Censo Escolar. O objetivo é identificar impactos negativos da pandemia e valorizar redes de ensino com boas taxas de fluxo escolar, como baixos índices de reprovação e abandono. O Iede considera adequado que 95% ou mais dos alunos de uma geração permaneçam na escola, a figura 5 apresenta o percentual de alunos matriculados na Educação Básica em Pernambuco no ano de 2020.

Figura 5 – Índice de permanência escolar de Pernambuco



Fonte: Qedu (2020).

Observa-se dentre os 184 municípios de Pernambuco, apenas cinco atingiram o nível adequado de permanência escolar, no qual 95% ou mais dos alunos de uma geração continuam matriculados ao longo de sua trajetória educacional. Isso significa que a grande maioria dos municípios pernambucanos apresenta índices preocupantes, com menos de 85% dos estudantes permanecendo na escola.

Visto isso, os dados sobre o aprendizado em Pernambuco também indicam desafios significativos na educação básica, especialmente em Matemática e Língua Portuguesa. Apenas

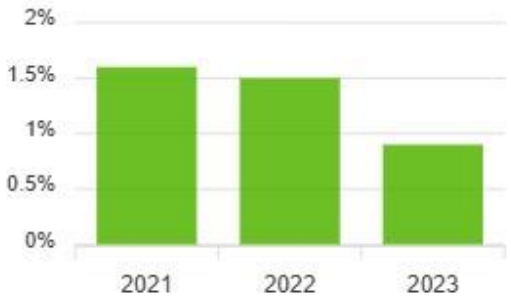
36% dos alunos apresentam desempenho considerado regular em português, ou seja, ainda precisam de melhorias e atividades de reforço para alcançar um aprendizado satisfatório, demonstrando dificuldades na alfabetização e na interpretação de textos, competências essenciais para o desenvolvimento acadêmico em todas as disciplinas (Qedu, 2023).

Esse cenário é ainda mais preocupante em Matemática: apenas 7% dos alunos possuem um aprendizado minimamente adequado, enquanto a grande maioria apresenta um nível insuficiente. Esse dado revela que os estudantes têm dificuldades em habilidades básicas como operações matemáticas, resolução de problemas e raciocínio lógico. A situação exige intervenções urgentes, como recuperação de conteúdos, reforço escolar e metodologias de ensino mais eficazes (Qedu, 2023).

Em nível nacional, os dados mais recentes sobre o aprendizado adequado revelam um cenário preocupante. Em 2021, apenas 31% dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio da rede pública alcançaram um nível de proficiência considerado adequado em língua portuguesa. O desempenho em Matemática foi ainda mais crítico, com apenas 5% dos alunos demonstrando o conhecimento esperado para a etapa (INEP, 2021).

Quanto ao abandono, a figura 6 apresenta taxas de abandono abaixo de 2% (cor verde) são um indicativo positivo de que a rede de ensino está conseguindo manter os alunos na escola.

Figura 6: Taxa de abandono das escolas de Pernambuco



Fonte: Qedu (2021)

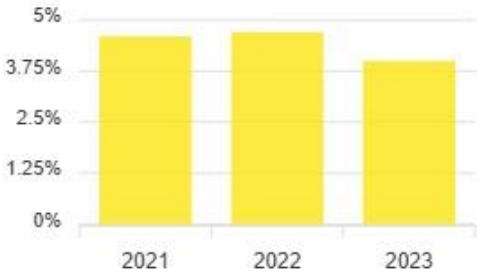
Diante do exposto, Silva Filho e Araújo (2017) argumentam que a evasão e o abandono escolar no Brasil são problemas complexos, influenciados por fatores internos e externos, como reprovações sucessivas, necessidade de trabalhar, falta de incentivo familiar e dificuldades socioeconômicas.

Ademais, em Pernambuco, a taxa de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental é de 0,89 (ou 89%). Embora esse percentual possa parecer relativamente alto, ele revela um problema significativo: a reprovação ainda é amplamente utilizada como estratégia para lidar

com dificuldades de aprendizado, o que pode gerar impactos negativos na trajetória escolar dos alunos (Qedu, 2023).

Diante disso, a figura 7 apresenta a taxa de reprovação dos alunos no Ensino Médio em Pernambuco. A taxa de reprovação de 5,8% no 1º ano do Ensino Médio em Pernambuco indica desafios na transição do Ensino Fundamental para essa nova etapa, que exige maior autonomia dos alunos.

Figura 7 – Taxa de Reprovação no Ensino médio de Pernambuco



Fonte: Qedu (2021)

Embora a reprovação esteja em um nível moderado, esses dados reforçam a necessidade de estratégias educacionais que fortaleçam o aprendizado e evitem a retenção desnecessária, garantindo um avanço mais eficiente dos estudantes. Assim, a falta de suporte pedagógico adequado, como reforço escolar e acompanhamento individualizado, e questões socioeconômicas podem afetar a frequência e o desempenho acadêmico dos alunos (Paz, 2024).

Outro fator relevante é o percentual de alunos com dois ou mais anos de atraso em relação à idade esperada para a série em que estão matriculados reflete desafios na progressão escolar na rede pública (figura 8).

Figura 8 - Distorção idade-série das escolas de Pernambuco

Fonte: Qedu (2021)

Esse atraso pode ser resultado de reprovações sucessivas, dificuldades de aprendizagem

não superadas e abandono temporário dos estudos. As dificuldades enfrentadas pelos alunos não podem ser reduzidas a fatores individuais ou exclusivamente econômicos, mas devem ser compreendidas dentro de um contexto maior de desigualdade estrutural e limitações institucionais (Silva Filho e Araújo, 2017).

Além disso, alunos de famílias de baixa renda enfrentam dificuldades adicionais, como menor acesso a recursos educacionais, incluindo materiais didáticos e tecnologia, além de condições de vida precárias que afetam a frequência e o desempenho escolar. A taxa de rendimento escolar está diretamente relacionada à infraestrutura disponível nas escolas (tabela 1), pois condições inadequadas podem dificultar o aprendizado e contribuir para a evasão, reprovação e distorção idade-série, especialmente entre alunos de baixa renda.

Tabela 1 - Infraestrutura das escolas de Pernambuco

INFRAESTRUTURA	PERNAMBUCO
Escolas com Acessibilidade	44%
Alimentação fornecida	100%
TV	70%
Biblioteca	37%
Lab. Informática	21%
Lab. Ciências	10%
Quadra de Esportes	26%
Água Tratada (rede pública)	62%
Energia Elétrica (rede pública)	100%
Lixo com coleta periódica	72%
Esgoto (rede pública)	44%
Banda Larga	76%

Fonte: Qedu (2023)

Observa-se que quanto as escolas de Pernambuco, os dados apresentados revelam desafios importantes na estrutura das escolas da rede pública, impactando diretamente a qualidade do ensino e a permanência dos estudantes. Embora algumas condições essenciais estejam garantidas, como alimentação escolar (100%) e acesso à água tratada (100%), há deficiências significativas em outros aspectos fundamentais. Apenas 44% das escolas possuem acessibilidade, o que pode representar uma barreira para estudantes com deficiência, dificultando sua inclusão e progresso educacional.

Além disso, a carência de recursos pedagógicos é um obstáculo para o aprendizado. Apenas 37% das escolas pernambucanas contam com biblioteca, um espaço essencial para o desenvolvimento da leitura e da pesquisa. A situação é ainda mais preocupante em relação aos laboratórios: apenas 21% das escolas têm laboratório de informática e apenas 10% possuem laboratório de ciências, limitando o acesso dos alunos a experimentações e ao aprendizado de forma prática. A ausência de banda larga nas escolas também restringe o uso de tecnologias digitais como ferramenta educacional.

Outro fator preocupante é a infraestrutura esportiva, pois somente 26% das escolas possuem quadra de esportes, o que compromete a prática de atividades físicas, essenciais para o desenvolvimento dos estudantes. Além disso, condições básicas de saneamento apresentam falhas, como a coleta periódica de lixo em apenas 44% das escolas, o que pode impactar a higiene e a saúde dos alunos, aumentando casos de doenças e prejudicando a frequência escolar.

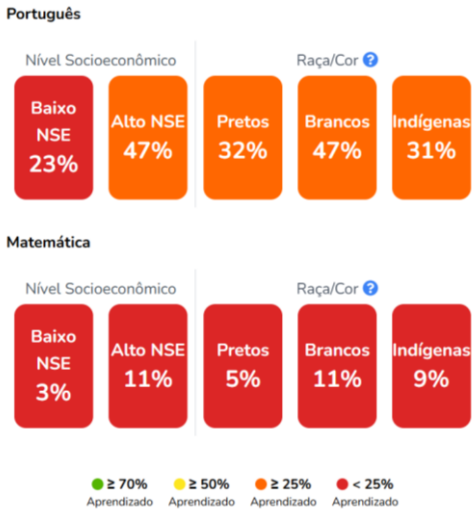
4.3 Indicadores Escolares por Nível Socioeconômico

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. No entanto, essa definição tem sido considerada limitada frente às exigências contemporâneas (Pinto *et al.,* 2000).

Pinto et al. (2000) ainda completam que o conceito de analfabetismo funcional amplia essa perspectiva, incluindo indivíduos que, apesar de saberem ler e escrever frases simples, não possuem habilidades suficientes para compreender e interpretar textos mais complexos ou realizar operações matemáticas básicas necessárias no cotidiano.

Conforme analisado, o nível socioeconômico dos estudantes impacta diretamente seus desempenhos educacionais e taxas de aprovação. O site QEdu categoriza os alunos em diferentes grupos socioeconômicos (Baixo, Médio e Alto NSE), baseando-se em critérios como renda familiar, escolaridade dos pais e acesso a recursos educacionais. A figura 9 apresenta o percentual de estudantes com aprendizado considerado suficiente para a etapa, entre diferentes grupos sociais.

Figura 9 - Nível Socioeconômico de Português e Matemática



Fonte: Qedu (2021).

Observa-se que em português, apenas 23% dos alunos de nível socioeconômico baixo (NSE) tiveram aprendizado adequado, enquanto 47% dos alunos de alto NSE atingiram esse nível. Em relação à raça/cor, 32% dos estudantes pretos e 31% dos indígenas apresentaram desempenho satisfatório, contra 47% dos brancos.

Ainda assim, os números em Matemática são ainda mais preocupantes: apenas 3% dos alunos de baixo NSE tiveram aprendizado suficiente, contra 11% dos de alto NSE. Entre os grupos raciais, apenas 5% dos estudantes pretos e 9% dos indígenas atingiram esse patamar, enquanto 11% dos brancos demonstraram aprendizado adequado.

Portanto, esses dados evidenciam um cenário de desigualdade educacional, no qual alunos de baixa renda e grupos historicamente marginalizados enfrentam maiores dificuldades. O percentual de aprendizado adequado está muito abaixo da meta de 70% estabelecida pelo Todos Pela Educação, especialmente em Matemática, onde a maioria dos estudantes se encontra no nível vermelho (insuficiente).

Além disso, observa-se que pessoas de cor preta ou parda apresentam índices de analfabetismo superiores aos de pessoas brancas. Essas disparidades evidenciam a necessidade de políticas públicas direcionadas que promovam a equidade educacional, especialmente focadas nas populações mais vulneráveis e historicamente marginalizadas (Haddad e Siqueira, 2015).

O analfabetismo no Brasil reflete profundas desigualdades sociais e regionais. Embora políticas de universalização do ensino fundamental tenham ampliado o acesso à educação, ainda persistem desafios significativos, especialmente entre as faixas etárias mais elevadas. Historicamente, uma parcela expressiva da população não teve acesso à educação básica obrigatória, resultando em altos índices de analfabetismo (Silva e Moreira, 2020).

Adicionalmente, a Figura 10 apresenta a taxa de analfabetismo da população brasileira com 15 anos ou mais de idade, segmentada por grupos etários e por faixas de rendimento domiciliar per capita, em 2023.

Figura 10 - Taxa de analfabetismo da população brasileira com 15 anos ou mais de idade

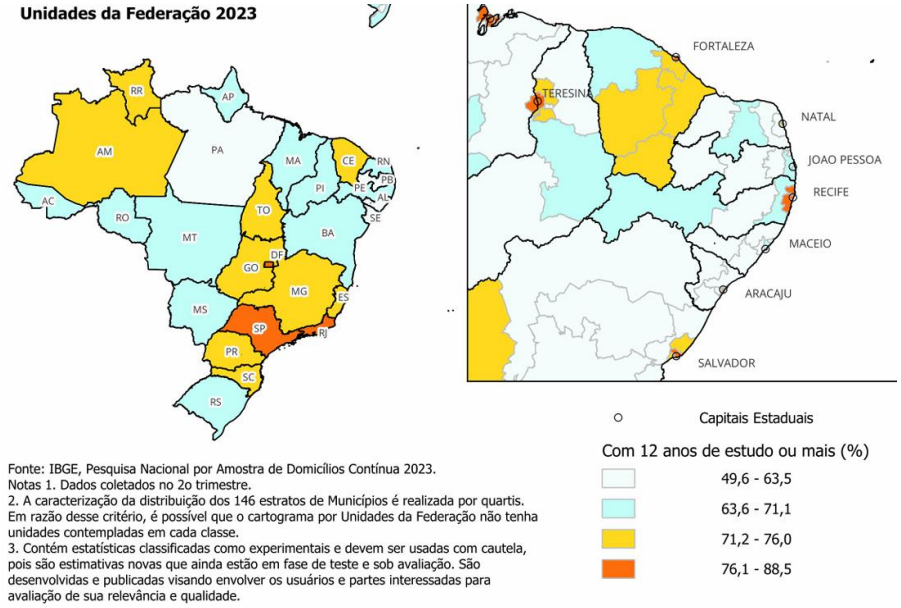
Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita*	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (%)							
	Total	Grupos de idade						
		15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 ou mais anos
Total	**5,4**	**0,5**	**0,7**	**1,1**	**2,8**	**5,9**	**9,4**	**17,6**
Até 20%	7,8	0,7	1,6	2,4	6,7	15,5	20,4	30,4
Mais de 20% até 40%	7,6	0,6	1,2	1,8	4,1	10,1	17,0	29,7
Mais de 40% até 60%	8,8	0,6	0,6	1,2	2,8	6,1	12,7	27,0
Mais de 60% até 80%	3,2	0,2	0,2	0,4	1,0	1,9	5,1	12,9
Mais de 80%	0,9	0,1	0,2	0,1	0,1	0,4	0,9	3,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2023.

De acordo com essa tabela, os indivíduos de faixas etárias mais elevadas e com menores rendimentos apresentam taxas de analfabetismo significativamente maiores. Isso reflete desigualdades históricas no acesso à educação, especialmente entre os mais pobres e idosos. Portanto, políticas públicas focadas na alfabetização de adultos e na redução das disparidades educacionais são essenciais para promover a equidade no país.

Ainda no contexto dos indicadores educacionais por nível socioeconômico, é importante observar também os dados sobre a proporção de pessoas de 18 a 29 anos de idade com, no mínimo, 12 anos de estudo, o que corresponde, em regra, à conclusão do ensino médio. Esse dado é um importante termômetro para avaliar o grau de escolarização da juventude brasileira e as desigualdades entre as Unidades da Federação (figura 11).

Figura 11 - Proporção de pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo segundo estratos geográficos e Unidades da Federação – 2023.



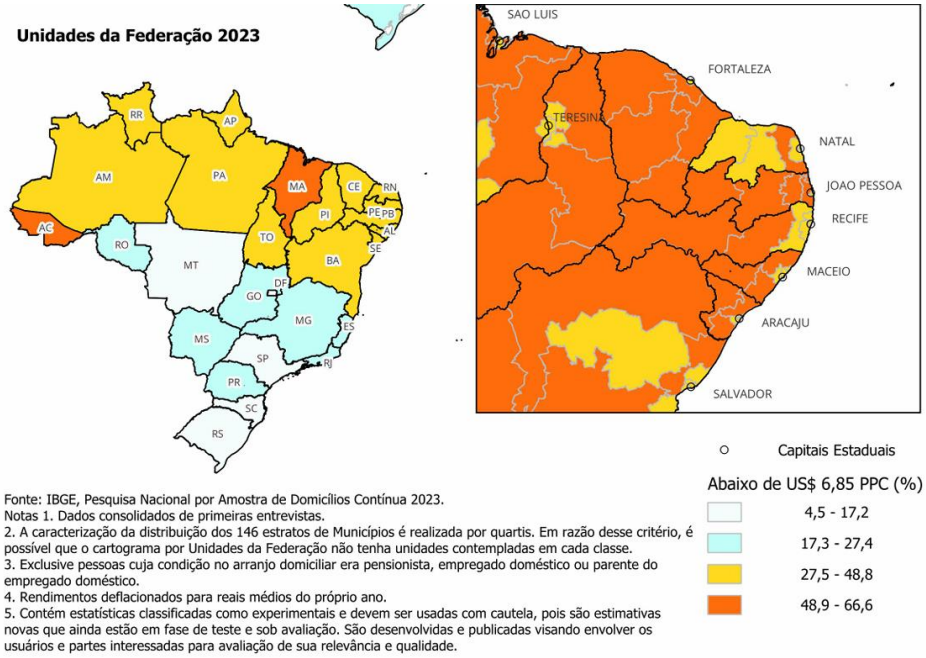
Fonte: IBGE, pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

A imagem referente a esse indicador, divulgada pelo IBGE em 2023, apresenta os percentuais por estratos geográficos e por estado, utilizando uma escala de cores para classificar os níveis de escolarização. O estado de Pernambuco aparece na faixa azul, que corresponde ao intervalo de 63,6% a 71,1% da população jovem (18 a 29 anos) com pelo menos 12 anos de estudo.

Além disso, ao analisar a mesma imagem, percebe-se que Pernambuco também aparece na faixa azul-claro, que representa o intervalo de 49,6% a 63,5% em algumas regiões do estado. Isso indica que, apesar dos avanços observados em termos gerais, ainda há desigualdades internas significativas dentro do próprio território pernambucano. Enquanto parte da juventude tem conseguido alcançar os 12 anos de estudo, uma parcela considerável ainda encontra barreiras no acesso, permanência e conclusão do ensino básico.

Além da escolarização, outro dado relevante diz respeito à proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo de US$ 6,85 PPC (Paridade do Poder de Compra), segundo estratos geográficos e Unidades da Federação em 2023. Essa informação evidencia a situação de vulnerabilidade econômica da população, especialmente nos estados do Norte e Nordeste (figura 12).

Figura 12 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo de US$ 6,85 PPC segundo Estratos Geográficos e Unidades da Federação – 2023.



Fonte: IBGE, pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023.

Na imagem analisada, observa-se que Pernambuco encontra-se, em sua maior parte, inserido na faixa laranja, que representa de 48,9% a 66,6% da população com rendimentos abaixo desse limite, o que revela um alto percentual de pessoas vivendo em condições de pobreza. Outra parte menor do estado aparece na faixa amarela, com valores entre 27,5% e 48,8%, ainda representando um índice significativo de vulnerabilidade social.

Esses dados reforçam a inter-relação entre renda e escolaridade, revelando que áreas com maior incidência de pobreza também tendem a apresentar piores indicadores educacionais. A superação dessas desigualdades exige políticas públicas integradas, que combinem redistribuição de renda, ampliação do acesso à educação de qualidade e inclusão social, especialmente voltadas às regiões e populações mais vulneráveis do país, como é o caso de diversas áreas de Pernambuco.

Além disso, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) indicam que o país possui cerca de 16 milhões de analfabetos absolutos (pessoas que não sabem ler e escrever), mas esse número salta para mais de 30 milhões quando se considera o analfabetismo funcional entre a população de 15 anos ou mais. Isso reforça a necessidade de políticas educacionais voltadas à equidade, com maior investimento em reforço escolar, infraestrutura e formação docente, para garantir oportunidades iguais de aprendizado.

Portanto, o analfabetismo no Brasil apresenta variações significativas quando analisado sob diferentes perspectivas socioeconômicas e regionais. Embora tenha havido avanços na redução das taxas de analfabetismo, ainda persistem desigualdades marcantes. A taxa de analfabetismo é consideravelmente mais elevada entre as populações de baixa renda, residentes

em áreas rurais e pertencentes às regiões Norte e Nordeste do país.

No entanto, um marco significativo foi o anúncio da universalização da Educação Integral no Ensino Médio, durante o governo de Paulo Câmara. Em 2022, o estado contava com 576 escolas integrais, abrangendo 75% das matrículas no 1º ano do Ensino Médio, além da expansão para o Ensino Fundamental com a criação de 42 Escolas de Referência nessa etapa.

A consolidação da Educação Integral como política de Estado em Pernambuco é também respaldada por autores como Oliveira (2011), Lima, Maciel e Pazolini (2019) e Barros e Pimentel (2012), que destacam a continuidade, a efetividade social e a articulação interinstitucional como critérios essenciais. Em Pernambuco, a política resistiu às mudanças de governo, ganhou legitimidade junto à comunidade escolar e produziu impactos concretos na qualidade da educação pública.

Além disso, conforme Gonçalves e Fernadez (2020) o Programa Ganhe o Mundo se destaca como uma política pública transformadora, que promove inclusão, mobilidade social e fortalecimento das juventudes. Seu impacto extrapola o campo educacional, alcançando dimensões sociais, culturais e até mesmo econômicas, ao preparar cidadãos e cidadãs mais qualificados/as e conscientes para atuar no mundo contemporâneo. Investir e aprimorar continuamente esse programa é investir no futuro do estado, em uma sociedade mais justa e com oportunidades reais para todos e todas.

Portanto, a experiência pernambucana não apenas ilustra um modelo exitoso de gestão e continuidade administrativa, como também se destaca como referência nacional na implementação da Educação Integral enquanto política duradoura, estruturante e socialmente transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, destaca-se que a alfabetização é um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e social. A análise dos dados evidencia que a superação das desigualdades educacionais exige estratégias integradas, que ultrapassem os limites da escola. Investimentos na valorização docente, melhoria da infraestrutura, alimentação escolar adequada e apoio socio assistencial são indispensáveis para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes. Também são essenciais políticas de combate à evasão e ações que promovam equidade no ensino, reduzindo os efeitos da pobreza sobre a trajetória escolar.

Observa-se que a pobreza em Pernambuco compromete significativamente os níveis educacionais, perpetuando desigualdades históricas. Embora o acesso à escola seja, em termos legais, universal, persistem barreiras econômicas, sociais e estruturais que dificultam a

permanência e o bom desempenho dos alunos. Altas taxas de reprovação, abandono e rendimento insatisfatório refletem a insuficiência de políticas públicas eficazes para enfrentar essas desigualdades.

A precariedade das escolas públicas, sobretudo no que se refere a recursos pedagógicos, acessibilidade e infraestrutura, agrava ainda mais as dificuldades vivenciadas por estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, torna-se urgente a adoção de políticas públicas articuladas entre educação, saúde e assistência social, com foco na qualidade e na equidade, para que a escola cumpra efetivamente seu papel de agente transformador.

Por fim, a pesquisa reafirma a importância de iniciativas que promovam a inclusão social e educacional em Pernambuco. Erradicar a pobreza e elevar a qualidade da educação são passos fundamentais para um desenvolvimento sustentável, que assegure a todas as crianças e jovens o direito a oportunidades educacionais justas. A alfabetização, nesse sentido, transcende a dimensão escolar, influenciando diretamente a qualidade de vida e as possibilidades de inserção social e econômica da população.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Pobreza, desigualdades e educação. Módulo Introdutório. Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília–DF: MEC. 2015.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PIMENTEL, Ellen Horato do Carmo. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 2, pp. 3-22, 2012. ISSN 2238-152X.

BENITTES, Valéria Lima Andrioni. **A política de ensino médio no estado de Pernambuco: um protótipo de gestão da educação em tempo integral**. 2014.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. 2008.

DALAGASPERINA, Eliana Cristina. **Mosaico sobre a pobreza : estudo sobre a compreensão histórica da pobreza humana.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. IBGE contabiliza 9,5 milhões de habitantes em Pernambuco. 2024. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/08/ibge-contabiliza-9-5-milhoes-de-habitantes-em-pernambuco.html. Acesso em: 3 mar. 2025.

DORE, Rosemary *et al.* **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento.** Brasília: Editora do IFB, RIMEPS, 2014.

EVANGELISTA, Joelma Inês; MACIEL, Carina Elisabeth. Política de cotas na educação superior: lutas e desafios no combate à pobreza e desigualdade de estudantes negros. **Revista**

Inter-Ação, v. 44, n. 1, p. 111-127, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/55654/33079>. Acesso: 17 fev. 2025.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

GOMES, Joanderson de Oliveira. Educação e pobreza: uma construção histórico-social. **Journal of Education Science and Health**, v. 1, n. 2, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/15/10>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GUIMARÃES, V.O.S. Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. **Científic@ -Multidisciplinary Journal**, Anápolis –GO. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/1921>. Acesso em: 20 fev. 2025.

HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 2, 2015.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pernambuco**: Panorama. 2022. Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe.html>. Acesso em: 3 mar. 2025.

LIMA, M.; MACIEL, S.; PAZOLINI, M. Políticas de Estado versus Políticas de Governo. **RTPS – Revista Trabalho**, Política e Sociedade, [s.l.], v. 4, n. 6, p. pp. 69-84, 30 jun. 2019.

MADALOZ, Rogéria Fatima *et al*. **Programa Pé-De-Meia: Um incentivo financeiro-educacional para a permanência e conclusão no ensino médio público**. ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 12856-12869, 2024.

MARTINS, Bárbara Amaral; RÜCKERT, Fabiano Quadros. A relação entre educação e pobreza nas publicações da Revista Brasileira de Educação (2004-2019). **Horizontes-Revista de Educação**, v. 9, n. 16, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/horizontes/article/view/13130/6607>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MOREIRA, Rozemeiry; SILVA, Pablo Afonso. **Plano Nacional de Educação de 2014-2024: Um Desafio da Alfabetização da População de 15 Anos**. Colóquios-Geplage-PPGED-CNPq, n. 1, p. 524-530, 2020.

MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade**. São Paulo, 2012 Ed.Cortez.

MOTTA, Astrid Maciel; PARENTE, Cristina. **Pobreza intergeracional no complexo de favelas do São João-Rio de Janeiro-Brasil**. 2019.

MOURA JR, James Ferreira; SARRIERA, Jorge Castellá. **Impactos das Diferentes Formas de Mensuração da Pobreza nas Variações do Índice de Bem-Estar Pessoal**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 35, p. e3556, 2019.

OLIVEIRA, Allan Freitas de; SILVA, Maria Laura Campos Cintra. **O direito ao acesso à educação em tempos de pandemia: reflexões a partir das medidas adotadas no estado de**

Pernambuco e sertão do Moxotó. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das Políticas Públicas de Governo à Política e Estado: Reflexões Sobre a Atual Agenda Educacional Brasileira. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, pp. 323-337, abr.-jun. 2011.

OLIVEIRA, Simone Souto da Silva. **EDUCAÇÃO E POBREZA: UMA ABORDAGEM MATEMÁTICA ESTIMADA PELO MODELO LOGÍSTICO**. Encontro de Educação Matemática, n. 1, 2013.

PAZ, Rayani dos Santos Mai. **Ações colaborativas entre família e escola: aspectos determinantes para o desempenho acadêmico dos estudantes públicos da educação especial inclusiva.** 2024.

PINTO, JM de R. et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 199, p. 511-524, 2000.

PIRES, Marlene de Fátima Cararo. EDUCAÇÃO E POBREZA: UMA RELAÇÃO TENSA E INTENSA. **ATiTUDE W**, p. 19, 2021. Disponível em: < https://encurtador.com.br/GEDUI>. Acesso em: 18 fev. 2025.

PIZZIO, Alex. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. **Revista Ágora**, Salgueiro-PE, v. 5, n. 1, p. 96-117, 2010.

REIS, Maria Emília Mendes. **Programa Bolsa Família: Combate à evasão escolar na Unidade Escolar Municipal Chiquinho Cazuza e Modestina Monte no Município de Altos-Piauí.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2021

SANTOS, Lindemberg da Silva. **Pobreza e educação: repercussões do programa Bolsa Família na trajetória escolar de famílias beneficiárias em Manari/PE**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SCHWARTZMAN, S. **As Causas da Pobreza**. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Simon_Schwartzman/publication/224771519_As_causas_da_pobreza/links/5be1b73d4585150b2ba2e506/As-causas-da-pobreza.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. 409p.

SILVA, Ednaldo Antonio da *et al*. **Evasão escolar: uma análise do impacto da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável (PEADS) em escolas públicas em Pernambuco-Brasil**. 2018. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Michele Rufino da. **A evasão escolar no IF Sertão-PE Campus Salgueiro:** políticas de enfrentamento. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

SILVA, Severino Silvestre da *et al.* **A Escola e a Exclusão Social: Consequências do fracasso escolar nos percursos de vida de jovens e adultos pouco escolarizados dos meios populares da Zona da Mata de Pernambuco-Brasil**. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48582886.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SILVA, José Carlos Aragão; COSTA, Cristiane Dias Martins da; LIMA, Alex de Sousa. Educação, leitura, pobreza e analfabetismo em tempo de pandemia em Codó, Maranhão. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e5414042, 2023. Disponível em: https://reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5414. Acesso em: 7 abr. 2025.

TRINDADE-SALVADOR, Gildemar da Paixão; ARAÚJO, José Júlio do Nascimento César. Desafios da Rede Municipal de Educação de um Município do Mato Grosso do Sul: Um Estudo de Indicadores Educacionais em uma Perspectiva Interseccional. **Revista Educação & Ensino-ISSN**, v. 8, n. 1, 2024.

GIRLANY MARILENE DA SILVA

A RELAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E POBREZA EM PERNAMBUCO: BARREIRAS AO ACESSO E CONSEQUÊNCIAS DA DESIGUALDADE SOCIAL (2019-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Aprovado em: 15/04/2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Rosa Kato (Orientadora)

NG – CAA – Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador interno)

NG – CAA – Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
(Examinador interno)

NG – CAA – Universidade Federal de Pernambuco